



**CLIPPING INTERNET**  
**01/05/2020 ATÉ 01/05/2020**



# INDÍCE

---

1	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
1.1	BLOG ADALBERTO MIRANDA.....	1
1.2	BLOG ALDIR DANTAS.....	2
1.3	BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	3
1.4	BLOG ATUAL 7.....	4
1.5	BLOG CELSO ALMEIDA.....	5
1.6	BLOG DIEGO EMIR.....	6
1.7	BLOG DO VALDIVAN.....	7
1.8	BLOG DO VARÃO.....	8
1.9	BLOG DO ZÉ LOPES.....	9
1.10	BLOG GILBERTO LEDA.....	10
1.11	BLOG GILBERTO LIMA.....	11
1.12	BLOG JORGE ARAGÃO.....	12
1.13	BLOG MARRAPÁ.....	13
1.14	BLOG MÁRIO CARVALHO.....	14
1.15	BLOG PÁGINA 2.....	15
1.16	SITE G1 MARANHÃO.....	16 17 18
1.17	SITE JORNAL PEQUENO.....	19
1.18	SITE MA 10.....	20
1.19	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	21

?As pessoas estão brincando e outros estão morrendo?, diz juiz que decretou lockdown na Região Metropolitana  
Juiz Douglas de Melo Martins determinou ?lockdown? na Região Metropolitana de São LuísPor Luis PabloO juiz  
Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, que  
determinou o lockdown na Região Metropolitana de São Luís na quinta-feira (30), disse que decidiu acatar a  
decisão porque as medidas adotadas até agora estavam sendo insuficientes para convencer a população sobre a  
importância do isolamento social para combater o novo coronavírus.De acordo com Douglas de Melo, a  
população maranhense está ?brincando? sobre o assunto e não está levando a sério as recomendações de saúde  
impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da  
Saúde (SES).?As medidas adotadas até agora são insuficientes para convencer as pessoas, só as medidas de  
convencimento, de educação, não funcionaram. Nós não estamos tratando de uma brincadeira, nós estamos  
tratando de uma pandemia que afetou todas as nações de forma drástica, nem a mais poderosa do mundo  
conseguiu responder a essa pandemia, sem as medidas de isolamento social?, disse o juiz.A decisão determina  
que somente os serviços considerados essenciais tais como supermercados, farmácias e portos e indústrias que  
trabalham em turnos de 24 horas, devem continuar funcionando nos municípios. Os órgãos de fiscalização  
municipal e estadual, como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Guarda Municipal, serão  
responsáveis pela fiscalização.Segundo o juiz, toda a população estará sujeita à fiscalização e pode ser punida  
em caso de descumprimento. Caso seja necessário sair de casa, ao ser parado durante a blitz, a pessoa deverá  
apresentar uma prova do motivo no qual está fora do seu domicílio. Por exemplo, trabalhadores de serviços  
essenciais deverão mostrar crachá do seu local de trabalho.Motoristas de ônibus, transporte de aplicativos,  
transporte público vão continuar funcionando, mas somente para o transporte de trabalhadores de serviços  
essenciais. Douglas de Melo Martins alertou que a população não precisa ter pânico, nem correr para os  
supermercados para estocar alimentos, já que os serviços vão continuar funcionando.?Levem a sério a decisão,  
não brinquem com isso. As pessoas estão brincando e outros estão morrendo por causa disso, com essa falta de  
responsabilidade?, disse Douglas de Melo Martins.(Com informações do G1MA)

## **Barreiras policiais serão usadas em lockdown no Maranhão, diz Flávio Dino**

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), informou que irá implantar barreiras policiais para garantir o cumprimento da decisão judicial que estabeleceu o bloqueio total (lockdown) na região metropolitana de São Luís.

As forças de segurança do estado só permitirão, por exemplo, a circulação de trabalhadores de serviços essenciais nas principais avenidas de São Luís, a exemplo de profissionais de saúde.

Dino avisou que haverá punição para aqueles que descumprirem a medida. “Quem insistir no cumprimento apenas de orientações políticas, insensatas, estará simultaneamente infringindo normas estaduais e descumprindo a decisão do Poder Judiciário”.

A Justiça do Maranhão decretou ontem lockdown (30), em quatro cidades do estado: São Luís, São José do Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, determinou lockdown a partir de 05 de maio, por ao menos 10 dias.

A medida foi tomada por conta do aumento na contaminação de covid-19 e da alta ocupação hospitalar de pacientes com o novo coronavírus. Até agora o estado registra 3.506 casos confirmados e 204 óbitos, de acordo com o último balanço divulgado pelo Ministério da Saúde.

Entre as medidas anunciadas por Dino estão:

Suspensão das aulas por todo mês de maio;

Suspensão quase completa de entrada e saída de carros em São Luís, com exceção para caminhões de abastecimento;

Apenas serviços essenciais permanecerão abertos como farmácias e supermercados;

Proibição de carros estacionados em áreas de lazer, onde não haja serviços essenciais;

Imposição de regras de controle sanitários para as feiras e aumento de multa para agências bancárias que não organizem o atendimento a clientes.

“Não há necessidade de corrida para compra de alimentos, os estabelecimentos que vendem comida estarão todos abertos. Não se aglomerem sem nenhuma racionalidade em supermercados e feiras, pois estarão abertos assim como as farmácias.”, afirmou o governador.

## **Justiça obriga Flávio Dino decretar 'lockdown' na Ilha**

A Justiça do Maranhão atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), decretou o 'lockdown' nos quatro municípios da Região Metropolitana: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa por 10 dias, a partir da próxima terça-feira (5).

A determinação é do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís em função do avanço da pandemia do novo coronavírus.

No Twitter, o governador Flávio Dino disse que cumprirá a decisão da Justiça e garantiu que as atividades essenciais como alimentação e remédios permanecerão funcionando.

“Sobre a decisão judicial de bloqueio na Ilha de São Luís, farei uma entrevista coletiva amanhã 10h. Desde logo, informo que evidentemente a decisão do Judiciário será cumprida. Esclareço, contudo, que atividades essenciais, como alimentação e remédios, continuarão abertas”, afirmou.

Ficam suspensas todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas.

A decisão proíbe a entrada e saída de veículos da Ilha de São Luís, com exceção para caminhões, ambulâncias, veículos transportando pessoas para atendimento de saúde e atividades de segurança.

Fica suspensa a circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais pelo decreto estadual.

Também ficarão limitadas a circulação de pessoas em espaços públicos e a regulamentação do funcionamento de bancos e casas lotéricas que devem ser abertas somente para o pagamento do auxílio emergencial, salários e benefícios, obedecendo regras para aglomeração.

## Yglésio sugere acordão para decreto de lockdown na Ilha de São Luís: ‘CombinaDOWN’

Apesar de ameaçar que adotaria medida restritiva, Flávio Dino vinha evitando tomar decisão agora determinada pela Justiça a pedido do Ministério Público

01/05/2020 11h05min

Yuri AlmeidaPUBLICADO POR  
YURI ALMEIDA

O deputado estadual Yglésio Moysés (PROS) sugeriu, nessa quinta-feira 30, em publicação no Twitter, mas sem fazer citações e sem entrar em detalhes, que possa ter havido um acordão entre o Ministério Público, Poder Judiciário e o Governo do Maranhão para a adoção na Ilha de São Luís do chamado lockdown — termo usado para situações de paralisação total ou parcial do deslocamento de pessoas e, conseqüentemente, da economia.

“Nova modalidade de Lockdown: O CombinaDOWN. Jabuticaba maranhense”, publicou o parlamentar, em referência à determinação do juiz Douglas Martins, a pedido do MP, para que o governador Flávio Dino (PCdoB) decrete a medida restritiva, a partir de 5 de maio próximo, inicialmente pelo prazo de 10 dias.

De fato, coincidentemente, há cerca de um mês, Dino vinha ameaçando decretar lockdown em São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, mas vinha resistindo a adotar a medida restritiva, já declarando que, no máximo, poderia ser algo parecido com o fechamento total. Com a determinação judicial, porém, o comunista garantiu que não pretende recorrer, que a decisão será prontamente cumprida.

Para Yglésio Moysés, que é médico, a falta de testagem em massa, de plano de contingência e de comunicação eficaz sobre a adoção do lockdown pode levar a capital e demais municípios da Região Metropolitana à explosão de casos de infecção e de óbitos pelo novo coronavírus.

“Lockdown sem planejamento de comunicação, sem plano de contingência, sem testagem é ‘LOUCDOWN’”, publicou Yglésio, destacando não ser contra “apertar” o isolamento social, mas à forma “problemática e errada” como está sendo feita.

“Já era pra ter minimamente alguns cards explicando o que funciona e o que deixará de funcionar. Informação; Informação; Informação. Comunicação proativa, sincera e segura: isso que o povo precisa pra ficar menos tenso na pandemia”, ressaltou.

## **Tem outro juiz querendo governar o Maranhão**

O governador Flávio Dino que se cuide, porque há outro juiz querendo mandar no Maranhão: é o “doutor” Douglas de Melo Martins, que decretou hoje um lockdown no estado.

Na decisão de 12 páginas, acolhendo pedido do Ministério Público, o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís não fez qualquer referência à recentíssima decisão do Supremo Tribunal Federal que garante só a governadores, prefeitos e ao presidente o poder de impor medidas de isolamento social.

Para fundamentar o despacho, tirou da cartola o argumento batido de defesa da “dignidade da pessoa humana”. E considerou que os decretos estaduais de distanciamento social não têm sido suficientes para conter a disseminação do vírus, na opinião dele.

A decisão só permite a abertura de serviços de alimentação, saúde, bancos, lotéricas, portos e “indústrias que trabalhem em turnos de 24h”.

Além disso, restringe a circulação de veículos somente a atividades essenciais, limita reuniões em espaços públicos, determina punições para quem não usar máscaras e estende a suspensão das aulas.

Se quiser seguir a carreira de político, Douglas de Melo Martins já tem know-how nas redes sociais: vive divulgando aos seguidores suas decisões em prol dos direitos sociais.

Do O Antagonista

Supermercados, farmácias e deliveries vão poder funcionar no lockdown em São Luís A decisão judicial do juiz Douglas de Melo Martins da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que determinou lockdown a partir do dia 5 de maio de 2020, causou o pânico e desespero na população ludovicense que já está se aglomerando em supermercados e farmácias das cidades da Grande Ilha de São Luís. Porém, não é necessário fazer isso, uma vez que durante o período de lockdown não ficam proibidos os serviços de supermercados, farmácias e deliveries. O lockdown proíbe os serviços não essenciais, tipo lojas de material de construção, lojas de tecido e armarinho, óticas etc. Indústrias foram permitidas continuar funcionando desde que seja no regime de 24h, cada turno. Por isso, não há necessidade de uma corrida desenfreada aos supermercados e farmácias de São Luís, isso só vai tornar a situação pior, formando novas aglomerações. Quem precisar de serviços médicos também será atendido, isso vale para clínicas, hospitais, laboratórios e casas de saúde.



Brasil supera a China no total de infectados com o novo coronavírus Enquanto ministro da Saúde defende ampliar isolamento em SP, RJ e AM e fala em até mil mortos/dia, Maranhão se torna primeiro estado a adotar bloqueio total

Reprodução N o dia em que o Brasil bateu a marca dos 85 mil infectados pela Covid-19, ultrapassando os números totais da China, o estado do Maranhão anunciou que entrará em lockdown por 10 dias. A decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís ocorre porque a cidade está com a capacidade hospitalar praticamente esgotada. A unidade federativa é a primeira no país a adotar restrição mais rigorosa em função da pandemia. Com a atualização de 85.380 casos confirmados, o Brasil bate novamente o recorde de maior número de casos em 24 horas, 7.218, e entra para a lista das dez nações com mais diagnósticos do novo coronavírus no mundo. Teich defendeu as medidas de ampliação de isolamento social anunciadas pelos governos de São Paulo, Rio e Amazonas, como resposta ao aumento de casos de óbitos e contaminações do novo coronavírus. O ministro ainda admitiu que o Brasil pode vir a registrar cerca de 1 mil mortes por dia. ?É um número possível de acontecer. Não quer dizer que vá acontecer?, comentou. Ontem foram registradas mais 435. E considerou que medidas de flexibilização já anunciadas correm o risco de ser canceladas. Com a situação do estado do Maranhão cada vez mais preocupante, a Justiça do estado decretou lockdown em quatro municípios da região metropolitana de São Luís. A medida vale por 10 dias ? e começa a valer no dia 5 de maio. De acordo com a decisão, ficarão suspensas todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas. A decisão também vai suspender a circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais pelo decreto estadual. A determinação vem depois de o Ministério Público do Maranhão ajuizar uma Ação Civil Pública que solicitava ao Poder Judiciário que obrigasse o estado a cumprir medidas mais rígidas de confinamento na Ilha de São Luís. O estado acumula 3.190 casos confirmados da doença e 184 mortes. Rio e São Paulo A Prefeitura de São Paulo deve não apenas prorrogar o período de fechamento do comércio não essencial da cidade como ainda bloquear a circulação de carros nos próximos dias, caso a pressão por vagas em leitos de unidade de terapia intensiva (UTIs) continue nos níveis atuais e o percentual de adesão ao isolamento social se mantenha abaixo dos 50%. Já o município do Rio, pelo menos até o dia 15 de maio, manterá a maior parte do comércio fechada e a rede de ensino sem aulas, na tentativa de evitar a propagação do novo coronavírus. As medidas, que estão em vigor desde 24 de março e iriam expirar, ontem, foram estendidas por meio de decreto do prefeito Marcelo Crivella. As regras continuam as mesmas. Também na quinta, o governador Wilson Witzel estendeu as medidas de isolamento no âmbito estadual até 11 de maio. Sessenta pessoas morreram de Covid-19 e 584 novos casos foram confirmados no estado em 24 horas, segundo boletim mais recente da Secretaria Estadual de Saúde. Agora, são 854 os mortos pela doença na unidade federativa, onde há 9.453 casos confirmados. Com a curva do número de casos em ascensão, Teich disse que o ministério consolidou as diretrizes para balizar estados e municípios, mas foi enfático: ?Ninguém está pensando em relaxamento. A gente está criando uma diretriz, o que é completamente diferente. Nesse momento ninguém está pensando em flexibilizar nada?.

## Maranhão pretende cumprir lockdown determinado pela justiça

POSTED BY: MARTIN VARÃO 01/05/2020

Moradores da cidade turística vinham desacatando a quarentena, mesmo com a escalada de contágios. Lockdown deve esvaziar ainda mais as praias.

É a primeira quarentena rigorosa determinada pela justiça no Brasil. Região metropolitana de São Luís continua tendo aumento descontrolado de contágio perto do colapso hospitalar.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, afirmou na noite desta quinta-feira (20), por meio de suas redes sociais, que vai cumprir a decisão da Justiça que determinou o chamado lockdown. Trata-se do bloqueio de todas as atividades não essenciais na região metropolitana de São Luís, além de outras medidas rígidas. A ação proposta pelo Ministério Público do Maranhão visa diminuir a transmissão do novo coronavírus na região, que vem ocupando a totalidade dos serviços hospitalares.

Até agora o estado registra 3.190 casos confirmados e 184 óbitos. Na noite da terça-feira, São Luís chegou a ter 100% de ocupação dos leitos de UTI (unidade de terapia intensiva), mas a abertura de 27 leitos no dia seguinte desafogou um pouco a pressão sobre os hospitais.

“Desde logo, informo que evidentemente a decisão do Judiciário será cumprida. Esclareço, contudo, que atividades essenciais, como alimentação e remédios, continuarão abertas”, escreveu o governador, que também anunciou que vai falar sobre o lockdown em coletiva de imprensa, às 10h, nesta sexta-feira (1º).

Ainda nesta quarta (30), o governo do estado anunciou que ia publicar um decreto na próxima semana para endurecer as regras de isolamento social, “próximo ao lockdown”, devido à situação do sistema de saúde. “O novo decreto vai na direção da restrição de reduzir a circulação de pessoas, se aproximando de lockdown. Estamos analisando a forma e a graduação de atuação para publicar. A previsão é que na terça-feira eu edite esse novo decreto para a capital; para o resto do estado não é necessário”, afirmou o governador.

Ainda nesta coletiva, Dino denunciou a sabotagem do presidente às medidas restritivas o que dificulta os governos locais de assumirem com mais rigor o controle da epidemia. A decisão judicial vem como um apoio às iniciativas do Executivo. Esta medida pode ser um precedente para outros estados mobilizarem Ministério Público e judiciário em apoio aos rigores da quarentena, para que prefeitos e governadores não fiquem falando sozinhos. Em São Paulo, o prefeito da capital já anunciou que não vai encerrar a quarentena na cidade, mas deve torná-la mais rigorosa, anunciando inclusive medidas para enfrentar protestos, como o bloqueio de avenidas.

O juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, fundamentou a decisão com dados da Fiocruz. A instituição concluiu que o Maranhão é o estado da federação com maior ritmo de crescimento no número de mortos por covid-19 no Brasil.

Continue lendo em: <https://martinvarao.com.br/maranhao-pretende-cumprir-lockdown-determinado-pela-justica/>

Unindo o útil ao agradável O Ministério Público Estadual (MP) entrou com Ação Civil Pública pedindo que a Justiça obrigue o governo do Maranhão a adotar o lockdown e suspender a circulação total de pessoas na Ilha de São Luís. O pedido foi deferido e liminar decretando o lockdown foi dada pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Douglas Martins, no fim da tarde de ontem.

## **Lockdown: decisão escancara falhas no combate à Covid-19 no MA**

Publicado em 1 de Maio de 2020 por gilbertoleda

A decisão do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determinando que o governador Flávio Dino (PCdoB) decreta lockdown na Ilha de São Luís a partir do dia 5 de maio (saiba mais), é mais uma prova de que, apesar da propaganda massiva, grande parte das ações do Governo do Maranhão no combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) não surtiu o efeito esperado.

Os comunistas erraram - e têm errado - muito na condução do problema.

E pelo menos dois trechos do despacho deixam isso claro.

Num deles, o magistrado aponta um dos argumentos do Ministério Público para pedir o bloqueio total: Dino ameaçou, mas, mesmo diante da situação de colapso do sistema de saúde na capital, não decretou o lockdown.

“O Ministério Público aduz, ainda, que, embora o Estado do Maranhão, desde 22/04/2020, tenha apontado na mídia para possibilidade de decretação de lockdown, caso a lotação dos leitos de UTI chegasse a 80%, até o presente momento nenhuma medida mais intensa foi tomada em vista da situação hoje já evidenciada na Ilha do Maranhão de ocupação total dos leitos de UTI. No que atine aos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, o Ministério Público alega que a falta de transparência na divulgação da ocupação dos leitos disponíveis nas suas respectivas redes dificulta o planejamento e gerenciamento da crise”, destacou Douglas Martins no despacho.

Aliados de Dino dizem que ele não decretou o confinamento total antes porque a ocupação chegou a 80% quando novos leitos estavam prestes a ser ativados, como o foram (reveja) - deixando a taxa pouco acima dos 77%, segundo boletim da SES emitido na noite de ontem (veja aqui).

Nesse caso, se a situação está sob controle, caberia a Dino recorrer da decisão judicial. Mas ele não vai, o que dá razão ao MP.

Num segundo trecho, o juiz do caso aponta falhas da política de isolamento adotada pelo governo, tendo como resultado o “estrangulamento tanto da rede pública, quanto da rede privada de saúde”.

“Para o presente momento as medidas de distanciamento social estão se mostrando ineficazes para contenção da propagação do vírus causador da COVID-19, demandando do Poder Público a adoção de medidas mais intensas para evitar um colapso do sistema público de saúde, que, na Capital, já se evidencia, com a lotação máxima dos leitos de UTI destinados a pacientes com COVID-19. E o estrangulamento não se resume à rede pública. Hospitais privados já noticiam que a capacidade máxima de seus leitos para pacientes com COVID-19 foi atingida, a exemplo do Hospital São Domingos, e requerem do Poder Público a adoção de medidas de isolamento mais enérgicas”, pontuou.

Ele também fez questão de ressaltar que o Estado deve fiscalizar, “de forma efetiva”, o cumprimento do decreto.

Algo que, todo ludovicense sabe, não vinha sendo feito...

Veja as medidas anunciadas pelo governador Flávio Dino para o período do lockdown na Ilha de São Luís

Veja as medidas anunciadas pelo governador Flávio Dino para o período do lockdown na Ilha de São Luís O governador Flávio Dino, em entrevista coletiva na manhã desta sexta-feira (1<sup>º</sup>), anunciou algumas medidas que constarão no decreto estadual de lockdown na Região Metropolitana de São Luís, a partir da próxima terça-feira (05), em cumprimento à decisão do juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís.

## **Flávio Dino antecipa decisões do novo decreto para o lockdown**

por Jorge Aragão  
01 maio 2020

Em entrevista coletiva, na manhã desta sexta-feira (01), o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou novos investimentos e novas medidas para tentar combater a pandemia do novo coronavírus no estado.

Dino anunciou que o HTO – Hospital de Traumatologia passou a ser uma unidade de saúde para atendimento exclusivo para pacientes da Covid-19. O mesmo processo também já foi iniciado também com o Hospital Carlos Macieira. Serão mais 130 leitos exclusivos para o coronavírus, somente em São Luís, a partir da próxima semana.

O governador anunciou que o trabalho para o hospital de campanha já foi iniciado no Multicenter Sebrae. O tempo da obra deve durar cerca de 20 dias. Também anunciou que já foram adquiridos mais 70 respiradores para o Maranhão.

Sobre a decisão judicial que determinou que o Governo do Maranhão decrete o lockdown na Região Metropolitana, a pedido do Ministério Público, Flávio Dino reafirmou que vai cumprir a decisão, já que zela pela harmonia entre os poderes. No entanto, quando a Justiça decidiu pelo reajuste de servidores em 21,7%, o Governo do Maranhão, por determinação do governador, recorreu.

O governador diz que o decreto sobre as novas diretrizes para acatar a decisão do lockdown, será oficialmente divulgado no domingo, dia 03. Mas na coletiva, Dino já antecipou que existirá uma interrupção de veículos quase total na entrada da Ilha de São Luís. Anunciou ainda que fará uma restrição das atividades essenciais, que atualmente funcionam no decreto estadual em vigência. Garantiu ainda que supermercados e farmácias ficarão funcionando normalmente.

Uma novidade será a criação de barreiras nas principais avenidas da Ilha de São Luís, para que só circulem pessoas que trabalhem em serviços essenciais ou que efetivamente precisem sair temporariamente por questões estritamente necessárias. Além disso, por conta da inoperância dos bancos, o estado vai contratar pessoas para organizar as filas na Caixa, onde centenas de pessoas se aglomeram diariamente para o recebimento do auxílio emergencial.

Por fim, o governador voltou atrás e recuou de sua decisão de transferir a responsabilidade a prefeitos, pais de alunos e donos de escolas para decidirem pela volta das aulas presenciais. Dino assegurou que as aulas presenciais só devem voltar em junho.

O novo decreto também apresentará sanções para quem não cumprir as decisões, inclusive com multas.

## **Douglas Martins rasga Código de Ética da Magistratura**

Destaque / 1 de Maio de 2020 / 09h54 - Por Leandro Miranda

O dileto juiz Douglas de Melo Martins, responsável pela decisão que instituiu lockdown em toda a ilha de São Luís, vacilou ao se deixar levar pelo “canto da sereia” do midiático deputado estadual Duarte Junior na noite desta sexta-feira.

Mesmo impedido pelo Código de Ética da Magistratura e pelo artigo 36 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, o magistrado, conhecido pela abrangência e seriedade de suas decisões, participou de live no palanque digital do pré-candidato a prefeito.

O rompante do juiz por curtidas e novos seguidores no Instagram abriu margem para contestação da decisão e causou desconforto nos grupos de WhatsApp de políticos, magistrados e promotores do Maranhão.

Alguns falavam em representação no CNJ, outros questionavam a posição da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Maranhão sobre a conduta.

Há pouco, nas redes sociais, o senador Roberto Rocha - o “Asa de Avião” - vociferou contra Douglas Martins depois de abrir outro “puteiro”.

“Juiz fazer live para explicar decisão judicial é inusitado, em companhia de pré-candidato, eleito pelo partido comunista então. Mas isso é na república do Maranhão... aí pode!”, escreveu Asa.



## **MP e Judiciário fizeram o que Dino e Edivaldo deixaram de fazer com a Covid**

### EDITORIAL

A partir da próxima terça-feira, 5, São Luís e cidades da região metropolitana como São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa passarão a enfrentar o chamado Lockdown, ou seja, o bloqueio de todas as atividades comerciais não essenciais na tentativa de conter a escalada do novo coronavírus na Ilha.

Juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís

A surpresa veio na noite da última quinta-feira, 30, quando o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivo, determinou a suspensão das atividades acatando um pedido do Ministério Público Estadual (MPE), cuja ação foi assinada por quatro promotores da Defesa da Saúde da região metropolitana.

Não tenha dúvida que a medida judiciária foi um tapa na cara tanto do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PDT), que perceberam o crescimento da Covid-19 na capital maranhense e deixaram de se antecipar à decretação do lockdown, o que poderia ter evitado a saturação de leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) e novos registros de óbitos pela doença.

Após o caldo derramado e a emergencial e providencial determinação judicial, o governador se manifestou nas redes sociais e disse que acatará a decisão. Não poderia ser de outra forma o entendimento de um ex-magistrado, até porque decisão da Justiça é para ser cumprida. O prefeito da capital vai a reboque, como sempre faz.

Enquanto isso, o juiz Douglas Martins, que age mais que os Executivos estadual e municipal, disse que fundamentou sua justificativa para decretar o lockdown com base em dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que revela que o Maranhão e, em especial São Luís, mostram-se numa curva vertiginosa e ascendente da pandemia do novo coronavírus, com riscos à saúde e à vida.

"As medidas adotadas até agora foram insuficientes para convencer as pessoas, só as medidas de convencimento, de educação, não funcionaram. Metade da população está levando a sério aquilo que está sendo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde e pelos órgãos de saúde. Metade da população está brincando sobre este assunto. Por isso, o MP propôs essa ação e por isso, o Poder Judiciário decidiu, determinando medidas mais fortes, para que as pessoas levem a sério, cumpram aquilo que pode salvar a vida das pessoas. Nós não estamos tratando de uma brincadeira, nós estamos tratando de uma pandemia que afetou todas as nações de forma drástica, nem a mais poderosa do mundo conseguiu responder a essa pandemia, sem as medidas de isolamento social", declarou o juiz indignado com as velhas retóricas políticas.

## **Governo do Maranhão acata lockdown decretado pelo Poder Judiciário para a Ilha de São Luís**

Em entrevista coletiva virtual, nesta sexta-feira (1º), o governador Flávio Dino confirmou que vai cumprir a decisão judicial de lockdown... [ ... ]

1 de Maio de 2020

Em entrevista coletiva virtual, nesta sexta-feira (1º), o governador Flávio Dino confirmou que vai cumprir a decisão judicial de lockdown na Ilha de São Luís, determinada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís. A partir do dia 5 de maio entra em vigor novo decreto do Governo do Estado, determinado pelo Poder Judiciário do Maranhão.

As novas medidas visam conter o crescimento no número de casos confirmados e óbitos por coronavírus em todo o estado. Na última semana, os leitos de UTI dos hospitais estaduais e privados da capital atingiram a capacidade limite por algumas horas. “Fomos intimados e até domingo devemos editar novo decreto para cumprimento da decisão do Poder Judiciário”, disse o governador Flávio Dino.

Na coletiva, o governador do Maranhão afirmou que o novo decreto deverá cumprir as determinações judiciais referentes a entrada e saída de pessoas e automóveis na Ilha de São Luís por no mínimo 10 dias; haverá redução no rol de atividades essenciais e a circulação de pessoas e veículos na Ilha de São Luís será mais restrita.

“A decisão do Poder Judiciário confirma o que a ciência preconiza e difunde em escala mundial. O Brasil tem a curva mais íngreme de crescimento de casos. Essas medidas não-farmacológicas são essenciais. Deixamos claro a todos os maranhenses que não há necessidade alguma de corrida para compra de alimentos. Todos os estabelecimentos que vendem alimentos, remédios e que são essenciais para a saúde das pessoas estarão abertos”, assegurou o governador.

Bancos

No novo decreto do Executivo Estadual haverá maior rigor na fiscalização dos bancos, locais que têm concentrado maior aglomeração de pessoas nas últimas semanas. “Vamos lançar edital para contratar pessoas para organizar as filas da Caixa Econômica, já que não tomaram essa providência da maneira devida. A saúde do povo do Maranhão está acima de tudo para nós. Infelizmente nossos apelos às instituições financeiras foram infrutíferos. Teremos a presença da Polícia Militar para fiscalização e agentes temporários para que seja possível a ampliação da consciência social”, afirmou Flávio Dino.

Continue lendo em:

<https://pagina2.com.br/governo-do-maranhao-acata-lockdown-decretado-pelo-poder-judiciario-para-a-ilha-de-sao-luis/>

## **Após Justiça determinar lockdown, Grande São Luís terá barreiras de entrada e saída a partir de terça**

Justiça determinou nesta sexta bloqueio total em 4 municípios da Região Metropolitana. Governador Flávio Dino informou que vai cumprir decisão e garantiu abastecimento de alimentos e remédios.

Por G1 MA — São Luís

01/05/2020 13h05

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PcdoB), anunciou nesta sexta-feira (1<sup>o</sup>) que cumprirá a decisão do Poder Judiciário, que obrigou o Estado a estabelecer o bloqueio total (lockdown) das atividades não essenciais na Região Metropolitana de São Luís. O decreto será publicado no domingo (3) e passa a valer a partir de terça-feira (5), quando haverá bloqueios na Grande Ilha.

Durante entrevista coletiva, Flávio Dino afirmou que haverá a implantação de barreiras na entrada e saída de São Luís e nas principais avenidas da cidade, com pontos de controle, para que só circulem as pessoas que trabalham em atividades essenciais ou que tenham alguma necessidade emergencial, como, por exemplo, acesso aos serviços de saúde.

O governador não deu detalhes sobre como será feita a fiscalização do tráfego de veículos e pessoas na Região Metropolitana, que abrange as cidades de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e a capital São Luís. Segundo ele, essas ações serão debatidas com sua equipe e divulgadas no decreto de domingo. Mas ele adiantou que haverá punição para quem não cumprir as normas.

“Quanto ao descumprimento, todos serão objetos de sanções administrativas, multas e comunicação ao Poder Judiciário. Agora, quem insistir no cumprimento apenas de orientações políticas, insensatas, estará simultaneamente infringindo normas estaduais e descumprindo a decisão do Poder Judiciário”.

## **Restrição à circulação de pessoas, ao tráfego de carros e suspensão de atividades: como será o 'lockdown' no Maranhão**

Os quatros municípios da Grande Ilha de São Luís serão as primeiras cidades brasileiras a adotar esse tipo de restrição, já adotado em regiões da China, da Espanha e em vigor em parte da Itália. Início será na próxima terça-feira.

Por Rafaelle Fróes, G1 MA — São Luís, MA

01/05/2020 05h00

Quatro cidades da Região Metropolitana de São Luís serão as primeiras do país a adotar o 'lockdown' (bloqueio total) em razão do coronavírus. O início será na próxima terça-feira (5).

As cidades são São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A medida foi determinada pela Justiça, a partir de ação do Ministério Público do Maranhão, após um levantamento constatar ritmo elevado de crescimento do coronavírus no estado. O governador Flávio Dino informou que irá seguir a medida. De acordo com a decisão, ficarão suspensas todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas.

O 'lockdown' é a maior restrição possível na atuação contra o coronavírus. Esse tipo de recurso já foi adotado em regiões da Itália, onde ainda vigora, Espanha e China, entre outros países.

Coronavírus, Sars-Cov-2, lockdown: entenda os principais termos da pandemia  
Abaixo, saiba como será o lockdown na Grande São Luís:

Como será o 'lockdown' na Grande São Luís

Suspensão das atividades não essenciais, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas;

Proibição da entrada e saída de veículos por dez dias, com exceção para caminhões, ambulâncias, veículos transportando pessoas para atendimento de saúde e atividades de segurança;

Suspensão da circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais;

Limitação da circulação de pessoas em espaços públicos;

Bancos e lotéricas abrem apenas para o pagamento do auxílio emergencial, salários e benefícios sem lotação máxima nesses ambientes, com organização de filas;

O uso de máscara continua sendo obrigatório.

Decisão

A determinação é do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís. Em entrevista ao G1, Douglas afirmou que tomou a decisão porque 'as pessoas estão brincando e outros estão morrendo' pela falta de responsabilidade.

Minutos depois da decisão, o governador Flávio Dino (PCdoB) afirmou que vai acatar a determinação da Justiça e que as atividades essenciais serão mantidas.

Continue lendo em:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/05/01/restricao-a-circulacao-de-pessoas-ao-trafego-de-carros-e-suspensao-de-atividades-como-sera-o-lockdown-no-maranhao.ghtml>

## 'As pessoas estão brincando e outros estão morrendo', diz juiz que decretou lockdown na Região Metropolitana de São Luís

Ao G1, o juiz Douglas de Melo Martins explicou como será a fiscalização e a punição em caso de descumprimento das medidas durante o lockdown na Grande Ilha.

Por Rafaelle Fróes,, G1 MA — São Luís, MA

30/04/2020 21h10 Atualizado há um dia

O juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, que determinou o lockdown na Região Metropolitana de São Luís nesta quinta-feira (30), disse em entrevista ao G1, que decidiu acatar a decisão porque as medidas adotadas até agora estavam sendo insuficientes para convencer a população sobre a importância do isolamento social para combater o novo coronavírus.

De acordo com Douglas de Melo, a população maranhense está 'brincando' sobre o assunto e não está levando a sério as recomendações de saúde impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

"As medidas adotadas até agora são insuficientes para convencer as pessoas, só as medidas de convencimento, de educação, não funcionaram. Metade da população está levando a sério aquilo que está sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde, pelo órgãos da saúde. Metade da população está brincando sobre esse assunto. Por isso o MP propôs essa ação e por isso o poder judiciário decidiu, determinando medidas mais fortes, para que as pessoas levem a sério, cumprem aquilo que pode salvar a vida das pessoas. Nós não estamos tratando de uma brincadeira, nós estamos tratando de uma pandemia que afetou todas as nações de forma drástica, nem a mais poderosa do mundo conseguiu responder a essa pandemia, sem as medidas de isolamento social", disse o juiz.

### Fiscalização

A decisão determina que somente os serviços considerados essenciais tais como supermercados, farmácias e portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas, devem continuar funcionando nos municípios. Os órgãos de fiscalização municipal e estadual, como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Guarda Municipal, serão responsáveis pela fiscalização.

Segundo o juiz, toda a população estará sujeita à fiscalização e pode ser punida em caso de descumprimento. Caso seja necessário sair de casa, ao ser parado durante a blitz, a pessoa deverá apresentar uma prova do motivo no qual está fora do seu domicílio. Por exemplo, trabalhadores de serviços essenciais deverão mostrar crachá do seu local de trabalho.

Continue lendo em:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/04/30/as-pessoas-estao-brincando-e-outros-estao-morrendo-diz-juiz-que-decretou-lockdown-na-regiao-metropolitana-de-sao-luis.ghtml>



## **Supermercados e farmácias estão fora da decisão judicial de lockdown na região metropolitana de São Luís**

O juiz acatou Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público e determinou que o governo adote regras mais rígidas de confinamento

Fonte: Redação

Data de publicação: 01/05/2020

Supermercados estão fora da decisão judicial de lockdown (Foto: Divulgação)

Supermercados, farmácias, serviços essenciais, serviços ininterruptos, como portos e indústrias que trabalhem em turnos de 24h, estão fora da decisão judicial de lockdown em São Luís, Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. A determinação foi tomada nessa quinta-feira, 30, pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

O juiz acatou Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual e determinou que o Governo do Estado adote regras mais rígidas de confinamento em toda a Região Metropolitana de São Luís. O magistrado enumera medidas não farmacológicas contra a disseminação do vírus causador da Covid-19, o lockdown, que deve valer inicialmente pelo prazo de 10 dias, a partir do próximo dia 05 de maio.

Na noite dessa quinta-feira, 30, foi registrado um número elevado de pessoas nos mais diversos supermercados da cidade, causando grande aglomeração de pessoas, fator considerado de risco para o contágio por especialistas da saúde. Atitude considerada equivocada, haja visto que a determinação não atinge serviços essenciais, como é o caso dos supermercados.

“Sobre a decisão judicial de bloqueio na Ilha de São Luís, farei uma entrevista coletiva nesta sexta-feira. Desde logo, informo que evidentemente a decisão do Judiciário será cumprida. Esclareço, contudo, que atividades essenciais, como alimentação e remédios, continuarão abertas”, escreveu o governador Flávio Dino em suas redes sociais.

O secretário de Comunicação e Assuntos Políticos do governo, Rodrigo Lado, reforçou as palavras do governador: “Sobre a decisão judicial de lockdown (bloqueio) da Ilha de São Luís, é importante destacar que supermercados continuarão abertos e abastecidos, pois as cargas seguirão entrando na ilha. Nada de correr para supermercados”, postou no Twitter.



## Juiz determina lockdown, o 1º do país, no Maranhão

Publicado em 1, de maio 2020 às 11:51 por Fernanda Fernandes

As cidades de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, na região metropolitana da capital, são as primeiras a ter decretado o lockdown, estado mais rígido de isolamento social que só libera os serviços mais essenciais e veta qualquer circulação que não seja de urgência. A medida foi determinada pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís.

O pedido de confinamento foi feito pelo Ministério Público do Maranhão, que alegou que todos os 112 leitos de UTI exclusivos para a COVID-19 na rede hospitalar do governo do Estado, na capital, estavam ocupados, “o que significa na completa ausência de atendimento com respiradores, se necessários, mesmo após ampliação que vem sendo desenvolvida, inclusive com recursos federais (com referência à criação de hospitais de campanha e leitos)”.

A Promotoria acrescentou ainda, que, embora o Maranhão tenha veiculado a possibilidade de decretar lockdown, caso a lotação dos leitos de UTI chegasse a 80%, até agora “nenhuma medida mais intensa foi tomada”. Na decisão, o magistrado disse ser preciso “bloqueio total, ainda que por curto período, pois essa é a única medida possível e eficaz no cenário para contenção da proliferação da doença e para possibilitar que o sistema de saúde público e privado se reorganize, a fim de que se consiga destinar tratamento adequado aos doentes”.

### O QUE MUDA

A medida judicial inclui especificamente a vedação de entrada/saída de veículos da Ilha, por 10 dias, suspensão de atividades não essenciais, veto a reunião e suspensão de aulas mesmo na rede particular. Procurado, o governo do Maranhão informou que “aguardará a intimação da decisão judicial, irá analisá-la e verificar as medidas necessárias ao cumprimento”. Do Estadão.

## **Abre e fecha: veja o que vai funcionar durante o lockdown na Ilha de São Luís**

Fique atento aos dias de funcionamento e horários dos estabelecimentos, para evitar sair de casa sem necessidade

Reprodução

Por: Da redação  
01 de Maio de 2020

A maioria estabelecimentos na capital maranhense se encontram fechados por conta da pandemia do novo coronavírus. Na cidade, apenas serviços essenciais continuam funcionando.

Ficam suspensas:

- As atividades não essenciais;
- Entrada e saída de veículos por dez dias, com exceção para caminhões, ambulâncias, veículos transportando pessoas para atendimento de saúde e atividades de segurança;
- Circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais;
- Reunião de pessoas em espaços públicos.

Funcionam normalmente:

- Supermercados e demais serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas;
- Bancos e lotéricas, apenas, para o pagamento do auxílio emergencial, salários e benefícios, com organização de filas;

O uso de máscara continua sendo obrigatório. O bloqueio total também inclui a adoção de medidas de orientação e de sanção administrativa quando houver infração às medidas de restrição social.